



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV
COLEGIADO DE HISTÓRIA

DIANA LOPES LIMA

**“AS REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA NAS OBRAS
DE JOSÉ MURILO DE CARVALHO”**

CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA
2022

DIANA LOPES LIMA

**“AS REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA NAS OBRAS DE JOSÉ
MURILO DE CARVALHO”**

Monografia submetida ao corpo docente da Universidade do Estado da Bahia –UNEB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em História, sob orientação do Prof. Dr. Rogério Sousa Silva.

CONCEIÇÃO DO COITÉ-BA

2022

DIANA LOPES LIMA

**“AS REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA NAS OBRAS DE JOSÉ
MURILO DE CARVALHO”**

Monografia submetida ao corpo docente do curso de licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia.

Aprovado em _____ de _____ de 2022.

Prof. Dr. Rogério Souza Silva

Prof. Ma. Kelman Conceição da Silva

Prof. Dr. Cristiane Soares de Santana

DEDICATÓRIA

“A mim mesma, por ter sido protagonista de tudo isso.
Nunca ao tempo, por ter sido meu pior inimigo”.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento, que para mim é, acima de tudo libertador, tenho que agradecer a muitas pessoas e momentos, por terem participado direta e indiretamente não só na construção deste trabalho, mas também, durante a graduação.

Deus, sempre foi meu pilar de sustentação, desde o ensino médio, me presenteando com a aprovação em uma universidade pública, e principalmente, na conclusão.

Aos meus pais, Gilca e Roque, que fizeram de tudo pra que eu permanecesse na UNEB, mesmo não tendo condições para manter trabalho e estudo, pagaram minhas despesas com moradia em Conceição do Coité e as demais que a faculdade exigia.

Ao meu irmão Diego, que na falta de transporte, me levava e buscava, contribuindo para que eu não ficasse sem estudar. Aos meus tios, avós e amigos, eu não seria quem sou, se não fossem vocês fazendo dos meus fins de semana, o combustível para viver o meio acadêmico.

Minha chegada em Coité foi bastante difícil, uma vida fora da casa de meus pais e um ambiente totalmente diferente, fez com que eu precisasse de anjos, dedico muito disso a Dona Edileide, Eliane e Sr. Elias, que hoje está no céu, por ter sido tão bondoso e mesmo sem me conhecer, me levava no trabalho todos os dias e sempre com palavras de carinho, dizia ser possível conquistar os sonhos. A Jenilsa, que mesmo sem me conhecer, me ofereceu um emprego, nos primeiros meses longe de casa, mesmo sendo um trabalho difícil, que muitas vezes me fez chorar, aprendi muito, tive diversas experiências como professora, e no dia de hoje, cito a Escola da Monica, como lição.

Um nome importante durante esses sete anos, talvez um dos mais importantes, é o de Taiuze, que me conheceu por uma rede social e ligadas pelo mesmo ideal (a necessidade de companhia para morar junto em Coité) morou comigo no primeiro ano de curso, foi companhia de quarto, sala e coração. De colega, passou a ser amiga, irmã e hoje madrinha de casamento. Obrigada Tay, pelos conselhos, almoços e até pelas brigas, pois elas me fizeram te conhecer melhor e valorizar o ser humano incrível que você é. Aos colegas de turma, Mari, Jamile, Raiele e Lucas, obrigada pelas risadas e “quebras” de cabeça.

Aos colegas de estrada, Duda, Euler, Gabi, Isabela, e a cada um que saia de casa todos os dias para estudar, enfrentando chuva, lama, sol e aqueles choros engasgados, que vamos valorizar muito no momento do diploma nas mãos. A Ana, que no final do curso, se tornou companheira, você foi muito importante no tempo em que estivemos juntas.

Agradeço também a todos os professores que me fizeram amar a história como disciplina, primeiramente a Betânia e Fátima, que foram minhas primeiras professoras, e aos professores da universidade, Eduardo e Rogério, que de cara me fizeram amar o curso e me espelhar, tentando me tornar melhor a cada dia, mesmo diante dos puxões de orelha, mas são nesses momentos que valorizamos as críticas.

A Ivo, meu esposo, compreensivo, que me esperou por muitas noites em claro durante a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Eu te amo e te agradeço por ter sido tão paciente.

Ao meu orientador Rogério, que mesmo sabendo que esse trabalho tinha que melhorar muito, me deu a oportunidade de apresentá-lo, sempre me lembrando da aluna exemplar que fui, me elogiando e não deixando que eu desistisse.

Por fim, quero lembrar do meu esforço, por não ter desistido, por ter enfrentado anos cursando duas graduações, por enfrentar a estrada todos os dias, por ouvir críticas e driblar todas elas. Por saber que poderia ter feito mais, e mesmo assim, compreender que fiz o meu melhor. Pelo tempo, que não foi meu amigo, mas que me fez perceber que tudo no fim, passa. Por último, agradeço a história, que de longe, seria o meu sonho, mas de perto foi minha maior conquista.

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo, analisar o surgimento da história política, surgida desde o Antigo Regime, sofrendo descrédito e posteriormente sua ascensão, com a influência da Escola dos Annales. Criticada e analisada por diversos autores, que contribuíram para que se tornasse uma ciência, onde seu principal objeto de estudo é o homem. O trabalho destaca René Rémond, como um intelectual que conceituou a história política em sua obra dedicada especialmente para esse tema, "Por uma história política". Através da análise sobre a história política e suas contribuições para a historiografia brasileira, foi escolhido entre tantos historiadores, José Murilo de Carvalho, grande historiador e intelectual, que com suas vastas obras, de cunho político, contribuiu para explicar o surgimento da sociedade brasileira. Através desse autor, foi feito um resumo de cada obra, elencando representações da política brasileira, as quais perduram até os dias atuais.

Palavra-chave: História Política. José Murilo de Carvalho. Historiografia Brasileira. Representações.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the emergence of political history, arising from the Old Regime, suffering discredit and later its rise, with the influence of the Annales School. Criticized and analyzed by several authors, who contributed to it becoming a science, where its main object of study is man. The work highlights René Rémond, as an intellectual who conceptualised political history in his work dedicated especially to this theme, "For a political history". Through the analysis of political history and its contributions to Brazilian historiography, José Murilo de Carvalho, a great historian and intellectual, was chosen among so many historians, who, with his vast works, of a political nature contributed to explain the emergence of Brazilian society. Through this author, a summary of each work was made, alusing representations of Brazilian politics within his works, representations of these, which last until the present day.

Keywords: Political History. José Murilo de Carvalho, Brazilian Historiography. Representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO 1: AFINAL, QUAL O PAPEL DO HISTORIADOR?.....	12
1.1 A ASCENSÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA.....	17
CAPITULO 2: JOSÉ MURILO DE CARVALHO: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA.....	22
2.1 REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA	23
2.2 A CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIA.....	37

INTRODUÇÃO

A presente monografia analisou como surgiram as discussões em torno da história e sua influência em volta da construção da sociedade brasileira. Segundo Marc Bloch (2001), “Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, (os artefatos ou as máquinas), por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daquelas que a criaram, são os homens que a história quer capturar”. A história é analisada por diversos âmbitos, tendo neste trabalho, a história política como centro.

O objetivo desta pesquisa foi entender como surgiu a história política, dentre outras ciências, sua trajetória como disciplina, seu apogeu até seu declínio, influenciada por Marc Bloch e Lucien Febvre, e quais motivações levaram a história política a ser questionada diante dos outros campos de análise.

A Escola dos Annales, foi crítica da história política, elencada em suas três gerações. Tais críticas ganham diferentes teores ao longo das três gerações, porém a partir de meados dos anos 80, uma parte da historiografia francesa retoma a história política renovada como elemento importante dentro da análise histórica.

Paralelamente a este de debate ocorrido na França, os historiadores e pesquisadores brasileiros na área das ciências humanas, também percebe as necessidades de renovar seus instrumentos de análise abrindo novas possibilidades de entendimento dos processos políticos ocorridos em diferentes contextos da formação da sociedade brasileira.

Para fortalecer os estudos sobre a história política, foi escolhido o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, que tem um campo vasto nos estudos sobre a história política, escrita em diferentes períodos e vieses, analisando diversos ângulos das questões políticas do país, procurando entender a formação brasileira e as representações de personagens fundamentais em seus processos históricos.

José Murilo de Carvalho analisa a política brasileira desde o período colonial, onde a centralização da política pertencia ao rei e todo o resto era submisso, a população ficava de fora de todas as discussões e não havia representação para essa parte excluída da população. Perpassando pela República, onde elenca em várias obras, a descentralização política e o surgimento do protagonismo da população, em busca de seus interesses.

Mesmo diante de tanta dificuldade em conseguir obter legitimidade política, o autor aborda diversos elementos onde a população aparece como sujeito ativo na luta pela autonomia política. Foi discutido o conceito de independência e das mudanças que ocorreram na sociedade após as lutas pela instalação da República em 1889.

De acordo com a tradição cívico-humanista, a condição essencial de um regime livre (não despótico), é que os cidadãos tenham uma identificação patriótica mais profunda. O cidadão era 'livre' no sentido de ter direito a uma opinião em decisões no âmbito político que poderiam moldar a vida de todos (Taylor 1995, p. 192, 193).

O autor discute a falsa liberdade implantada pela República e como a sociedade era tratada, visto que os interesses da elite eram sempre privilegiados e as classes mais desfavorecidas, sofriam com a pouca ou quase nula autonomia perante os poderes.

Por fim, o presente trabalho, atrelado as várias representações políticas trazidas por José Murilo de Carvalho na escrita de suas obras, abordou o fato de a democracia ter sido fator de grande importância na trajetória da construção do sistema de governo durante o período pós proclamação da República.

Buscando justificar o motivo pelo qual a sociedade não se constituiu totalmente democrática, tornando-a desigual e preconceituosa, esta pesquisa possibilitou conhecer a maneira como José Murilo de Carvalho elaborou um conjunto de reflexões, para entender os caminhos traçados pela sociedade brasileira da sua origem até os dias atuais.

CAPÍTULO 1: AFINAL, QUAL O PAPEL DO HISTORIADOR?

A história estuda o passado, o presente e sobretudo não foge da realidade humana com seus heroísmos e ações que trazem informações carregadas de veracidade. O historiador deve se preocupar em agradar, demolindo as contradições e utilizando de sólidos acervos documentais, lutando contra preconceitos e sendo referencial.

A história tem como objeto o estudo do homem no tempo, e é o historiador que compreende os fenômenos históricos e suas mudanças. O historiador deve entender que o seu objeto de pesquisa deve estar inserido e interligado dentro das estruturas sociais e essas temporalidades não podem ser separadas e isoladas. O mesmo deve combater a manipulação das informações, a omissão de dados e o plágio.

Não deixa de ser menos verdade que, face a imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, e nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que será propriamente uma escolha de historiador (BLOCH, 2001, p. 52).

De acordo com Marc Bloch (2001), em *Os Testemunhos da História*, cabe ao historiador analisar as fontes afastando os falseamentos e se utilizando das informações verdadeiras.

Lucien Febvre (1989) observa que a fonte por excelência é o testemunho da época, escrito se possível no momento do acontecimento, o que protege contra o anacronismo psicológico, “o pior de todos, o mais insidioso”.

Foram grandes as dificuldades da pesquisa histórica para formação do campo da história. A problematização das fontes, as objetividades, a verdade, o tempo, todos esses problemas metodológicos fizeram com que o historiador corresse o risco de perder sua própria subjetividade.

Mesmo diante de tantos desafios, a história passou por um movimento revisionista, surgindo a partir disso, o problema do relacionamento da história com as demais disciplinas, onde a interdisciplinaridade desempenhou um papel central, principalmente com a geografia que na França obteve uma relação positiva com a história geográfica de Lucien Febvre (1989).

A vida política passou a desempenhar um papel fundamental na história com a introdução de disciplinas como a filosofia, sociologia e as ciências sociais, que será tratado mais adiante neste trabalho.

A história sempre esteve em construção se misturando com as demais disciplinas, mas foi entre os séculos XIX e XX, após mudanças de métodos e interpretações que ganhou o título de ciência. A Escola Metódica junto a Escola Positivista estiveram presentes no processo de construção de trabalhos de historiadores que legitimaram a história.

A escola metódica foi o ponto chave para a definição do território historiográfico. Antes o papel do historiador era apenas analisar as fontes, que só eram validas se fossem escritas, portanto tudo aquilo que tivesse representado em escultura, pintura e até mesmo na oralidade, como diálogos e entrevistas, não eram analisadas para a construção do fato histórico.

Com a renovação da história, a realidade foi mudada, a construção da historiografia francesa ampliou os campos do historiador. Nas diversas áreas de pesquisas feitas por franceses que contribuíram para a revisão da história, mesmo antes do século XIX, Voltaire (1694-1778), fugia das realidades tradicionais e das mentalidades, onde os grandes heróis eram os personagens principais da história e debruça sobre motivos que direcionam a uma documentação solida e consciente.

A objetividade foi colocada em evidência e a busca pelo conhecimento seguro e fundamentado se tornou obrigatória entre os historiadores, a historiografia francesa se dedicou exclusivamente a rigorosidade no trato das fontes, fundamentadas no método crítico.

A Enciclopédia é um dos exemplos que demonstram a veracidade na análise de fontes verdadeiras, nela se concentram escrituras definitivas de origens comprovadas. Para buscar a solidificação na construção de uma ciência, não pode haver imprecisões, suposições e contradições.

Com a renovação historiográfica, novos modos de fazer história foram introduzidos, o historiador rompeu fronteiras que limitavam seu papel na análise das fontes e na construção do conhecimento histórico.

Em *Domínios da História* dos historiadores Ronaldo Vainfas e Cardoso (1997), as ciências sociais são trazidas como o “novo”, sensibilizando o leitor a avançar, notabilizando os sujeitos na pesquisa, introduzindo as experiências desses sujeitos no diálogo com as fontes e ir buscar estabelecer movimentos entre eles e a

construção da história. A História Social a muito tempo se debruça sobre métodos quantitativos e se une a História Cultural, analisando o papel do homem na sociedade.

Essas transformações sociais, políticas, demográficas e econômicas foram pensadas afim de compreender as mudanças que ocorreram com os novos questionamentos surgidos, advindos de novos argumentos para interpretar a história. Essa reforma da história no século XX, foi responsável pela Escola dos Annales, a aproximação com as demais ciências, propôs mudanças com a inserção de novos objetos de estudo que antes eram considerados sem importância para a história.

A Escola dos Annales, foi fundada no início do século XX, na França, após intensos debates e aproximações entre historiadores e sociólogos, seus principais fundadores foram Marc Bloch (2001) e Lucien Febvre (1989). Não se constituiu rigorosamente como uma *Escola*, mas principalmente como um *Movimento*. Nasceu da crítica a antiga história, tida como tradicional, dando abertura a novas interpretações e problematizações e a importante introdução da interdisciplinaridade.

A Escola dos Annales passou por fases distintas em todo seu movimento, essas fases deram origem a novos redirecionamentos e novas ênfases, destacou-se as fases percorridas pelo movimento até se consolidar. Sua primeira fase foi a de criação, Marc Bloch (2001) e Lucien Febvre (1989), seus fundadores que contribuíram com a história quantitativa, que foi introduzida aos Annales logo na primeira geração, tendo continuidade na segunda, fazendo conexão com a história econômica influenciada pelo historiador Ernest Labrousse.

O que a história quantitativa pretende observar da realidade está atravessada pela noção de “número”, “quantidade”, valores a serem medidos. As técnicas utilizadas pela abordagem quantitativa serão estatísticas ou baseadas na síntese de dados através de gráficos diversos e curvas de variação a serem observados de acordo com eixos de abscissas e coordenadas (BARROS, José. 2011)

Com relação ao uso das fontes, na historiografia, a história quantitativa constitui as fontes seriais, nesse aspecto, é necessário entender a diferença entre a história quantitativa e a história serial, sendo impossível trabalhar com series de fontes históricas sem remeter ao número.

Ao estudar fontes históricas, o historiador não busca a quantidade de fontes a serem analisadas, mas se utilizam de uma determinada quantidade de series, com temas semelhantes, que são relevantes para a construção de um trabalho histórico. Esse material homogêneo problematizará o fato, e não será apenas uma narrativa de acontecimentos.

O período de tensões na criação dos Annales foi influenciada pelas consequências do fim da Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto a perspectiva já se encontrava invertida, já se buscava análise sobre o indivíduo em sua consciência coletiva, deixando de ser singular.

Mais nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se tratem de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós; porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2013, p. 27).

A memória coletiva é compreendida para Halbwachs (2013) como a memória social, um processo de construção grupal, mesmo que o homem esteja só, ele tem uma memória de algo ou alguém que passou pela sua vida, em outro momento que fez com que tivesse havido consequência para que aquele momento individual viesse a acontecer.

A memória individual é muito importante para que a memória coletiva seja construída. Portanto, por mais individualista e singular que seja, em comparação com outros indivíduos, se dissolve no coletivo, pois, há limites em sua singularidade, não tem possibilidade desse ser, ser só.

Marc Bloch (2001) traz contribuições decisivas para a consciência dos Annales, a sua contribuição para a história comparada, deu ênfase aos recortes de determinadas regiões estudadas abrindo caminhos para o estudo de dinastias, de modo de perceber como a França e a Inglaterra desenvolveram suas crenças nos *Reis Taumaturgos*, ensaio que foi desenvolvido para focar o aspecto de comparatismo histórico. Esse ensaio, juntamente com a história das mentalidades, serviria lá na frente para influenciar a história política, já começava a desenvolver a perspectiva da longa duração.

A partir do século XX, conservando suas especificidades, a história quantitativa constituía uma grande novidade aos *Annales*, além de fundamentos da longa duração, e inovações da história problema, todos esses conceitos descobertos e explorados durante o processo da primeira fase da Escola dos *Annales*, terá impulso ainda maior na segunda geração, que terá influência da economia e das mentalidades, considerando o uso das fontes como fundamental para a construção do conhecimento histórico.

Fernando Braudel foi o nome do movimento da segunda geração dos *Annales*, ao reafirmar o modelo estrutural e o conceito de longa duração, a dialética das durações. A obra que maior representa esse conceito, é *O Mediterrâneo*, dividida em volumes articulados por diferentes durações, a curta, a média e a longa duração, narrando as relações do homem com o espaço e vários ambientes do mundo do Mediterrâneo. Essa obra traz a longuíssima duração, com modos diferentes de ocupar o espaço.

A curta duração é a dos acontecimentos, eventos superficiais e que não duram por longos períodos, a média duração é onde acontece a mutação das estruturas, as conjunturas econômicas, sociais e políticas. A longa duração, é aquela que tem uma permanência e que custa a se modificar. Braudel defende a ideia de longos períodos, a dialética das durações liga e articula os diferentes tempos da história.

A segunda geração dos *Annales* é marcada pela história total, a história de um todo, que articula com todos os campos históricos, que estuda todos os objetos possíveis. A ideia de realizar uma história total rejeitava a história política como a privilegiada, fato que anos depois foi aceita por dirigentes da *Revista dos Annales*.

A história total, que passou a ser chamada de “história de tudo”, pode ser entendida como o próprio nome diz, a da totalidade, ela é responsável por englobar diversas dimensões do social, o econômico, o político, etc. Essa totalidade continuou a ser promovida com a terceira geração.

Reconhecemos que, numa sociedade, qualquer que seja, tudo que se liga e se controla mutuamente; a estrutura política e social, a economia, as crenças, tanto as manifestações mais elementares como as mais sutis da mentalidade (BLOCH, 2001, p. 52).

A história total se resume a interconexão, tudo se liga, como proferia Marx, a história pode legitimamente, estudar qualquer coisa, remetendo a ideia de que tudo que vem do passado, merece ser estudado.

O ano de 1968, seria o início de um novo tipo de historiografia, ou o início de uma nova fase do movimento dos Annales? A terceira geração dos Annales é a mais complicada a ser analisada, os historiadores trabalham com a história fragmentada, marcada por diversos acontecimentos, como a morte de personagens importantes para a história, como Martin Luther King, greves e manifestações estudantis. Marcada por Marc Bloch, como a “troca de pele”, nesse período também, aconteceram transformações e movimentos sociais que se tornaram o ponto de partida para novos tempos.

Muitos cientistas acreditam que esse ano foi um marco na construção de um grande processo de ruptura, os anos 60 foram marcados pelo surgimento de novos tempos. Esses novos tempos foram responsáveis pela abertura de novas possibilidades.

A volta da narrativa, do político, da biografia e de outros aspectos que antes eram reprimidos, foram chamados de “retornos historiográficos”. Esse novo tempo foi marcado pela análise de fontes através de um olhar minucioso, atento aos detalhes, as micro realidades, essa nova postura foi chamada de Micro História.

A volta da História Cultural, traz um olhar preocupado com a realidade, a história passa a ter mais sentido referente ao progresso. A história quantitativa e a econômica, que antes eram supremas, passam a ser contestadas, alguns historiadores acreditam que essa nova historiografia rompe com a antiga Escola dos Annales de Lucien Febvre.

A terceira geração dos Annales, assim como em todas as outras gerações faz diálogos interdisciplinares, a antropologia e a História Cultural ocuparam lugar de destaque na década de 70, a História Política vira marco histórico dentro dessa terceira geração.

1.1 A ASCENSÃO DA HISTÓRIA POLÍTICA

A trajetória da história política passou por diversas fases, contou com períodos de auge, declínio e retorno a historiografia. Durante o Antigo Regime, ocupou lugar de destaque ao enfatizar a soberania dos reis, seus tronos, as revoluções e os grandes heróis.

Foi na terceira e última fase dos Annales, elencada acima que a história política voltou ao seu apogeu com uma nova roupagem. Autores como Jacques Le Goff, René Rémond, Jacques Julliard, Roger Chartier, Antonie Prost, Serge Bersteins, Jean Pierre Rioux, entre outros, retornam seus olhares sobre a nova história política.

Durante muito tempo, a história política era definida como o estudo das elites, dos militares, das guerras e do patriotismo. Somente o Estado media a dimensão política.

No início do século XX, a partir da crítica dos Annales à história tradicional, focava seus estudos para uma nova historiografia, a da nova história, movimento desenvolvido pelos mesmos criadores dos Annales, que deslocava seu foco de análise para a atividade humana, na segunda metade do mesmo século, a história política passou a ser marginalizada e sofrer declínio.

Abandonada pelos acadêmicos franceses e atacada pela história social, das mentalidades e pelo marxismo, a história política era marcada por ser elitista, idealista e psicológica, incapaz de buscar críticas e reflexões profundas a respeito do fato histórico. Marcada pelo advento da luta de classes, o surgimento do socialismo e a luta dos operários, o político foi desclassificado diante de tantos acontecimentos que moviam a história.

Como abordagem na terceira geração dos Annales, a história passa a estudar e a construir seu próprio objeto de estudo, o homem, que passou a transitar em todas as esferas políticas. Enquanto no auge da Escola dos Annales, a história cultural e política eram rejeitadas, nos anos 80, ocorreu uma retomada importante da história política, não mais tradicional, mais sim configurada como uma ciência política. As relações sociais e as experiências eram analisadas com mais rigor após a terceira geração dos Annales e com a chamada “virada crítica”.

Buscando construir uma historiografia que se constituísse como ciência social, levando em conta suas fontes históricas, analisando as formas de viver, as culturas, os acontecimentos, as particularidades ou não, sabendo que cada sociedade leva indícios de si, o historiador deve investigar voltando-se para as mentalidades, o cotidiano e assim, encarar o homem em sua totalidade.

A história política foi um instrumento decisivo para explicar o todo social, glorificada no século XIX, desprezada na época dos Annales, privilegiando a história total, onde os aspectos mais importantes a serem analisados eram as formas de

organização econômica e social. Privilegiava a história nacional, não tinha abertura para comparar espaço e tempo.

Havia chegado a hora de mudança dessa nova historiografia, a história política passaria a focar em outros aspectos, que não fossem a dos tronos e dominações, passando a ter um olhar aos povos, a massa e aos menos favorecidos.

Contudo, a história política foi recuperada, suas tendências foram atualizadas e seus métodos renovados, abrindo diálogo com as ciências sociais. Com o aumento das atribuições ao Estado e o desenvolvimento das políticas públicas, a história política começou a abranger as massas, o estado não era mais o fator determinante, porém, apenas um fator integrante de análise.

A história começou a estreitar seus olhares aos necessitados, a solidariedade aos pequenos. “A política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com as quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar”.

Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio. Nem privilegiar um tipo de relação: não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação. (RÉMOND, 2003, p.35 e 36)

O autor confirma que a história política desde muitas décadas, está presente em todas as realidades vividas pela sociedade, desde as religiões, as classes sociais, os meios de comunicação, a história política é uma verdadeira revolução completa.

René Rémond (2003), em sua obra *Por uma História Política*, ensaio organizado por diversos autores que se dedicam a escrever sobre história política, o mundo dos partidos políticos, os sistemas eleitorais, a mídia, a opinião pública, defendendo a compreensão do todo social, apontando os caminhos percorridos pela história política e sua renovação, face a uma Nova História.

O autor acompanha a trajetória política, citando as gerações dos Annales para explicar o caminho percorrido pela história política e a volta da mesma, com grande destaque e domínio.

Segundo RÉMOND (2003), as revoluções que destacaram os monarcas não derrubaram a história política, que mudou seu objeto da pessoa do rei para o Estado

e a nação, destacando as lutas pela unidade e emancipando os Estados Nacionais, as revoluções políticas, o advento da democracia, as lutas partidárias e os confrontos de ideologias políticas.

Por uma História Política (1996), traz para a atualidade, a volta dos estudos sobre história política, destacando a sua importância e desmistificando a ideia de ser uma história superficial, tratada por muito tempo durante o Pós-Guerra por parte da história social e econômica.

O autor analisa as transformações que afetam a sociedade, trazendo seu retorno ao campo do conhecimento, a história como ciência. Seus temas são abarcados de personalidade, fazendo uma relação da história como disciplina e de sua influência nas transformações da sociedade, ao mesmo tempo em que analisa as ações dos indivíduos, o autor explica a sociedade através das ações dos mesmos, pautadas pelo interesse de classe, esse tema seria o motor da história.

O autor contribui na construção de diversas obras de autores brasileiros que se debruçaram a escrever sobre a política brasileira e a formação do Estado, quando afirma que a política se organiza em torno do Estado.

Após diversas transformações, desde a influência com a escola dos Annales, a história política é o campo da história mais ativo e fecundo na França, se redescobrimo a cada percurso, já foi dito que a renovação da história política se deu pelo contato com outras disciplinas, sendo impossível de existir isolada, sem influência de outra ciência.

Essa História Política, agora renovada, se tornou ampla, com novos métodos de análise, voltando-se para todas as camadas da sociedade, e principalmente, para acontecimentos de curta, média e longuíssima duração.

Principalmente não há hoje muitas realidades de nossa história que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e das origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. Como então acreditar que seu renascimento possa ser apenas um veraneio de maio? (REMOND, 2003, p. 36).

Esse movimento de renovação da história política, obteve mais destaque na França, mais foi visível também em outros países que tiveram sua história política renovada, ganhando força, inclusive no Brasil.

Visto que a história política é a modalidade historiográfica mais antiga, a nova história se preocupa agora em analisar o “poder”, em suas várias modalidades, abriu um espaço para a “História vista de Baixo”, preocupada com as massas, com os tradicionais. A noção de poder está atravessada em todas as direções e sentidos e não apenas aos dominantes.

As discussões a respeito da história política no Brasil reúne ensaios reflexivos incluindo diversos autores, como Ângela de Castro Gomes (1996: 151-160), Francisco Falcon (1997: 61-89) e na obra já citada, Domínios da História, organizada por Ronaldo Vainfas e Ciro Flamarion Cardoso (1997). Entre diversos pesquisadores que pesquisam e se dedicam a escrever sobre a história política, José Murilo de Carvalho, em suas obras, enfatiza a presença do político como parte fundamental na construção da sociedade.

CAPÍTULO 2: JOSÉ MURILO DE CARVALHO: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA.

José Murilo de Carvalho, nascido em Rio Grande/MG. Na UFMG graduou-se em sociologia e política, turma de 1965, pela faculdade de Ciências Econômicas. É mestre e doutor em Ciência Política, pela Universidade de Stanford, Califórnia (USA). O referido autor vem contribuindo expressivamente no Brasil e no exterior, como historiador e cientista político. Na UFMG, foi professor, chefe de departamento, coordenador de mestrado em Ciência Política, membro da Coordenação de Ensino e Pesquisa e do Conselho de Pós- Graduação. José Murilo de Carvalho foi professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, professor visitante em Stanford, Oxford, Londres, Leiden e École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, pesquisador do Instituto de estudos avançados de Princeton, da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Centro de Pesquisa e documentação de história contemporânea do Brasil.

O autor supracitado foi também membro do conselho consultivo da FINEP, do conselho deliberativo do CNPq, do comitê Latino-americano do Social Science Research Council e conselheiro da SBPC. Publicou nove livros, alguns traduzidos para o espanhol e o francês, e mais de 80 artigos. Recebeu o prêmio Jabuti, em 1991, pelo livro *A Formação das Almas*. O único historiador brasileiro a fazer parte da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências, ao mesmo tempo.

Jose Murilo de Carvalho é um dos mais respeitados intelectuais que estudam as ciências sociais. O autor escreveu sobre a elite, partidos políticos, eleições, na

época em que a historiografia era puramente descritiva e tributada ao marxismo.

Seguiu influência da história econômica do Brasil, lendo Caio Prado Junior (1907-1990). As suas obras em sua grande maioria, retratam a história política, após sua renovação, sempre se remetendo as camadas da sociedade que dão continuidade e permanência a história política.

José Murilo, utiliza seus escritos mesclando a história com as demais disciplinas, dando ênfase a interdisciplinaridade que foi auge durante o apogeu da Escola dos Annales, a disciplina que mais se destaca com as obras escritas por José Murilo de Carvalho é a linguística, que orienta a pesquisa para a análise dos discursos, possibilitando que o historiador tenha mais aproximação com a leitura dos textos e pesquisa de fontes para sua escrita.

Contudo, é importante salientar que o autor desenvolve seus estudos desenvolvendo as questões políticas em diversos âmbitos, desde a formação do Estado, perpassando pelo seu processo de independência, até a instalação da República e seus governos. Dentro dessas transformações e conquistas de poder, o autor enfatiza as diversas faces da sociedade, em cada obra, com um tema diferente, mas sempre na tentativa de fazer o leitor entender que a constituição do Brasil não foi feita de forma homogênea.

2.1 AS REPRESENTAÇÕES DA POLÍTICA BRASILEIRA

A Escola de Minas de Ouro Preto: O peso da Glória, escrita em dezembro de 1974, como tese de doutorado na Universidade de Stanford, surgiu afim de fazer uma análise da instituição de Ouro Preto, e uma crítica sobre as elites políticas na construção do Estado no Brasil Imperial.

Segundo o autor, os debates se iniciaram sobre a criação de uma instituição de ensino que elencasse a exploração de recursos minerais no início do século XIX. A obra contribuiu como linha nacionalista para a política mineral brasileira, foi fator importante na implantação do espírito científico, graças a valorização da pesquisa empírica, e se tornou exemplo, principalmente para que outros autores pudessem estudar a história das instituições de ensino e pesquisa no país.

O pesquisador fez levantamento tão completo quanto possível do material indispensável a compreensão de seu tema e o elabora com metodologia severa, de pronunciada conotação histórica. Com o domínio de instrumental teórico e fina acuidade, pôde realizar interpretação dos elementos obtidos, de modo que os temas são

convenientemente explicados em análises que se afirmam pela abrangência e profundidade. (CARVALHO, 2010, p. 196)

As fontes utilizadas para a construção da obra foram os trabalhos publicados pelos “Anaes da Escola de Minas de Ouro Preto”, caracterizada pela expansão e consolidação do sistema capitalista em escala mundial. O autor traz uma análise de como era a política, o poder era centralizado e concedia pouca autonomia às províncias.

Se utilizando da história quantitativa, o mesmo analisa dados do surgimento da Escola de Minas de Ouro Preto e sua ascensão, passando por diversos desafios na época.

Debatendo sobre a criação de uma instituição de ensino que promovesse a exploração dos recursos minerais em pleno século XIX. A criação da escola, que foi antes de tudo, um ato de vontade política orientado por motivos de natureza antes ideológicas do que econômica.

Passou por muita dificuldade, desde a sua fundação, faltando ao governo, medidas administrativas que acompanhasse o desenvolvimento da Escola de Minas. A fundação da escola se tornou de grande importância para o campo político, constatando a participação de professores da Escola de Minas nos debates da legislação de uma política para o setor mineral, em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil.

Ao tratar das elites políticas do século XIX e Império em geral, torna-se possível compreender as complexas relações entre Estado e a sociedade civil no Brasil e como a política influenciou a evolução do país, compreendendo como é importante conhecer a natureza do processo político brasileiro.

O autor analisa a figura do Rei, simbolismo do Império que legitimava o poder nas mãos de uma única figura, aclamada por todos, fazendo uma relação entre monarquia, burocracia e os grandes proprietários.

Em *O Teatro de Sombras*, Murilo de Carvalho entrelaça a figura do rei com as articulações traçadas pelo governo monárquico, na construção de um estado forte, levando o estilo conservador ao regresso e trata do difícil processo de consolidação da monarquia perante as forças dominantes do país, quais sejam, o grande comércio e a grande propriedade. O melhor indicador para espelhar a complexidade do processo de enraizamento da monarquia encontra-se nas rebeliões regionais.

O que caracterizou de forma geral todos estes conflitos, foi a desconfiança quase completa da população urbana e rural em relação ao poder instalado no período regencial. A Regência mostrou-se incapaz de arbitrar as divergências entre os grupos dominantes (no que se refere às disputas intra-elites de uma mesma região) e de manter a ordem (no que se refere aos levantes nas zonas urbanas).

José Murilo de Carvalho (1988) afirma que esse convencimento foi sendo articulado fundamentalmente por burocratas e políticos ligados à grande cafeicultura fluminense.

A tentativa de aproximação entre a monarquia e os proprietários mostra-se clara, quando se toma como indicador a quantidade de títulos nobiliárquicos distribuídos durante o reinado de Pedro II.

Carvalho (1988) destaca a distribuição desses títulos funcionava como "prêmio de consolação" aos proprietários, no momento em que a Coroa tomava medidas que conflitavam com os seus interesses. O autor utiliza indicadores econômico-sociais como o Orçamento Imperial, a Política da Abolição e a de Terras para mostrar a dubiedade das relações estabelecidas entre o Rei (Poder Moderador) e os Barões. A ambiguidade dessas relações vai-se mostrando mais clara a partir do momento em que o governo central, cristalizado na figura do Imperador, consegue assentar em bases mais sólidas a sua estrutura de poder.

Carvalho (1988) explica que a política da Abolição é vista como o melhor exemplo revelador do tipo de pacto que sustentava o sistema político Imperial. A existência do Poder Moderador dava ao Rei condições de interferência tanto no poder Legislativo como no Executivo. Essa interferência foi utilizada, de forma bastante significativa, na implantação de políticas abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários.

No entanto, destaca Carvalho (1988) que a implantação de tais medidas acentuou o conflito entre o Rei e os Barões, já que eram vistas por estes últimos como atitudes impositivas do poder central, que não levavam em conta seus interesses de proprietários. José Murilo prossegue afirmando que a Coroa, ao invés de ver-se legitimada ao implantar medidas reformistas, na verdade acabou por perder esta legitimidade, conquistada a duras penas.

O autor explica esse fenômeno demonstrando que, apesar de ter o apoio majoritário da população que não podia se representar politicamente, a

Coroa, ao levar a cabo tais reformas, feriu interesses de grupos específicos que, somados a outras camadas dominantes, representavam o interesse geral. Esse caráter aparentemente contraditório da representação do poder do Rei como representação do interesse geral, mas sustentado pela legitimidade das elites, marcará o sistema Imperial até a sua dissolução.

Trazendo ao centro de sua análise, o autor utiliza o termo “sombras”, para nomear a escravidão, que era o suporte social e econômico daquela sociedade, constituindo seu poder, a manutenção da escravidão, sustentava a elite e a sua abolição tornou-se elemento para a proclamação da República, ou seja, descontentamento da elite.

Além de analisar diversos documentos para a construção da obra, o autor estrutura sua argumentação, enriquecendo a historiografia brasileira, trazendo um debate sobre a elite do país da época, que se formava como resultado de uma política excludente e hierarquizada.

Para compreender como se constituiu a elite política do Brasil, em *A Construção da Ordem*, José Murilo de Carvalho traz as primeiras transformações do capitalismo, com o enriquecimento e a participação dos donos de terra na política, investindo em setores como a construção, que com o tempo foi tomando conta dos interesses políticos, tornando uma aristocracia capitalista. Porém, ainda sem forças para tomar decisões, os grandes industriais não tinham poder para pressionar o governo a favor de seus interesses políticos, apesar de já haver políticos industriais, dessa forma, mantinha uma aliança, que era estabelecida com troca de poderes.

Carvalho (2005) explica que uma das razões aparentes para a radicalização era a visão negativa que se tinha na época da atuação dos partidos e do Congresso. Ecoando tese de Celso Furtado, provavelmente correta, que dizia ser o Congresso mais conservador do que o Executivo e constituir obstáculo às medidas reformistas, lideranças mais radicais começaram a propor soluções revolucionárias que passavam ao largo do sistema representativo.

O autor citado acima diz que os exemplos mais claros dessa orientação foram os pedidos de convocação de uma assembleia constituinte e a criação dos Grupos de Onze por Leonel Brizola. Este último pediu abertamente, no comício das reformas de 13 de maio, o fechamento do Congresso e a convocação de uma constituinte. Pesquisas posteriores mostraram que, embora o Congresso fosse de fato mais conservador do que o Executivo, havia possibilidade de acordo, mesmo em relação

a reformas polêmicas. A mais polêmica de todas, pelas violentas reações que provocava (os fazendeiros armavam-se ostensivamente), era a reforma agrária.

Ressalta Carvalho (2005) que o mais importante partido da época, o PSD, considerado porta-voz do conservadorismo rural, apoiava uma reforma agrária que abrangesse propriedades improdutivas acima de 500 hectares. Mais ainda, concordava com o pagamento das desapropriações com títulos da dívida pública, um ponto essencial da reforma. Isso significa que mesmo no Congresso havia possibilidade de acordo. Desde, é claro, que houvesse disposição para a negociação. Segundo o autor, a alegação da falência dos partidos políticos também não corresponde à realidade. A pesquisa do Ibope do mês de março mostra que 64% dos entrevistados se identificavam com os partidos políticos tradicionais. Os três maiores deles, o PTB, o PSD e a UDN, juntos, comandavam a lealdade de 50% dos entrevistados. Era um número muito alto, mesmo para padrões internacionais. Era idêntico ao verificado na época na Alemanha, superior ao da França (63%) e ao da Bélgica (58%). O índice brasileiro aproximava-se dos de democracias avançadas. Os partidos nacionais consolidavam-se e nacionalizavam-se.

É nesse sistema político de troca de favores entre os grandes coronéis e os políticos que surge o coronelismo. O coronel trocava seu apoio ao político como forma de voto, e é retribuído pelo presidente com cargos e regalias. Victor Nunes Leal, em seu livro "*Coronelismo, enxada e voto*", busca enfatizar o conceito de coronelismo, citando contribuições de José Murilo que comenta no prefácio sobre o tema e trajetória do autor:

O "coronelismo", é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influencia social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência a nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 1997, p.).

José Murilo de Carvalho em prefácio a sétima edição, comenta sobre a obra de Victor Nunes, elogiando-a, chama-o de responsável por interpretar o Brasil, afirmando que o coronel responsável pela economia é também um ser profundamente político e que interage com o Estado, um servindo ao outro, mas, que foi um sistema político restrito a um momento específico na vida política brasileira.

Os coronéis não aceitavam perder as disputas pelas eleições, utilizavam de métodos para legitimar seu poder, coagiam, compravam e enganavam os menos favorecidos. As relação do poder local e poder nacional tinham ainda a necessidade de muitas discussões.

O autor classifica a elite que se formou após as lutas pela independência, como uma elite formada de base ideológica, composta por burocratas, de magistrados, que não representavam o restante da população do país, a influência do direito romano, era a educação, que consolidava a elite brasileira, mas sempre no consenso com os proprietários e homens de negócio, que mesmo não se dedicando a interesses políticos, se uniam para tratar de interesses que atingiam ao setor agrário. A manutenção da ordem no interior não poderia ter sido conseguida sem a colaboração dos senhores de terra.

José Murilo de Carvalho amplia seus interesses crescendo em quantidade e qualidade os trabalhos sobre as forças armadas no Brasil. O autor não pesquisa apenas sobre a intervenção militar e a participação de altos setores da sociedade, escreve também sobre os cidadãos não fardados, os civis, que tem contribuição importante em cada fase na construção do Brasil.

Assim como em “A Formação das Almas”, onde o autor escreve sobre o processo em que a República busca sua consolidação, mostrando os símbolos, mitos e a criação de heróis criados pela elite para consolidar seu poder e hegemonia. Trabalha com literatura, quadros, iconografias e imagens, utilizadas como fontes para análise histórica.

No imaginário da República, o autor mostra o Estado como acolhedor das massas desprovidas, embora buscasse reforçar a afirmação da construção da identidade nacional, utilizando de obras brasileiras e modelos como o jacobinismo, onde havia a idealização da democracia clássica do governo, com intermédio direto da população.

O liberalismo, influencia uma sociedade composta por indivíduos autônomos, defende interesses compatibilizados pelas mãos do mercado, o governo interferia menos possível na vida da população. O positivismo, é abordado onde os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada. Ambos, defendiam o envolvimento popular na vida política.

Houve grande dificuldade, segundo José Murilo de Carvalho, para se construir uma visão oficial dos fatos, tentando descrever, os participantes e correntes de

pensamento que os influenciasse. Então, o que seria utilizado para simbolizar o movimento da proclamação?

O autor cita Tiradentes, seria ele, o inconfidente que muitos não acreditavam ser um herói nacional, mas que estava em um quadro na parede da sala de Campos Sales? Esse fato foi narrado para mostrar que Tiradentes não era desconhecido, já havia sido comparado a Jesus Cristo, mas que disputava com Pedro I na tentativa de ser o herói que representasse a cara da nação.

Uma alegoria citada por José Murilo, talvez a mais importante, foi a feminina, simbolizada na França, pela liberdade que guiava o povo, embora participasse ativamente nas batalhas, como são elencadas atualmente na historiografia recente, Joana Angélica e Maria Felipa, nas lutas pela independência da Bahia. No Brasil, as mulheres envolvidas no espaço público, sempre foram vistas de forma negativa: “a mulher, se pública, era prostituta”.

Uma das mais populares alegorias da república na França foi a figura feminina. A inspiração foi, sem dúvida, buscada na antiguidade grega e romana, em que divindades femininas representavam ideias, valores e sentimentos (CARVALHO, 1990, p.)

O autor compara a luta pela república brasileira com o modelo francês, em vários aspectos, como na simbologia da bandeira, com indicações positivistas na frase “ordem e progresso”. Foi essa corrente de pensamento que predominou ao longo das decisões que culminaram com obras artísticas, como a bandeira e o hino, alegorias que representaram através das estrelas e cores, impacto na construção de símbolos da nação.

Uma vez que os letrados, absorviam os livros e jornais, restava agora, convencer ou tornar mais acessível aos não letrados, como mulheres e proletários em geral, através de simbologias criadas principalmente pelos positivistas. Então, o desafio da identidade republicana era, sobretudo, a absorção de novos saberes, e conseqüentemente a formação das almas. (CARVALHO, 1990, p.)

Os estudos sobre a República Brasileira, formam considerados como sendo responsável pela transformação da mentalidade de um povo, proliferou simbologias, onde a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. O imaginário atinge todos os sentimento de uma população, as sociedades definem sua identidade, organizam seu passado, presente e futuro.

Para mudar a realidade política de um lugar, é necessário primeiramente mudar o imaginário popular, não só mudando o sistema político, mas também apoderar-se da imaginação do povo.

Em “*Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*”, José Murilo de Carvalho reafirma a tese de que, na conquista da República, o povo era excluído de participar do governo, a capital, a República e a cidadania estavam cada vez mais dissociadas, a exemplo disso, foi a luta pela escolha de seus governantes, o povo era excluído de exercer o poder do voto, negado para os analfabetos desde a promulgação da primeira constituição em 1891. Em 1881, as eleições só eram permitidas a torno de 10% da população, o mesmo se pode dizer dos direitos políticos.

A exigência por alfabetização para os votantes, era uma barreira de fundamental importância para explicar o motivo pelo qual a expansão do eleitorado não crescia. René Rémond dedica um capítulo de seu livro *Por uma história política*, para explicar como surgiram esses debates em torno das eleições.

Mas o político está longe de estar ausente de seu campo de observação, e as eleições tem direito a um lugar privilegiado como um elemento incomparável de informação sobre os movimentos de opinião. Ao contrário das histórias gerais, que não descem ao exame das eleições locais, nossos autores estendem as vezes sua curiosidade às eleições municipais ou cantonais, geralmente bastante desprezadas. (BOURDIEU, 1989)

Autores como René Rémond, procuram explicar as eleições através do passado, buscando no sufrágio universal, uma demonstração que revela suas origens, esses trabalhos se dedicam a comportamentos políticos e ao voto. O Sufrágio Universal foi o direito dado a todos os cidadãos adultos de votarem em seus respectivos representantes, sem distinção de classe social, gênero, cor ou requisitos econômicos. No Brasil, a conquista do voto só foi possível de forma fragmentada, conseguido pelas mulheres somente em 1932.

Reconhecida como a origem legítima do poder, a França foi o primeiro país a adotar o sufrágio universal masculino, em 1848. O que conseqüentemente, causou o grande avanço nos estudos sobre as eleições, mencionada nos trabalhos de René Rémond.

As eleições tem papel decisivo, pois reconhece a opinião pública e toda forma de expressão, atribuindo poder ao outro, escolhido através do voto por maioria. (ROCHA, 2022, p.)

A cidade escolhida por José Murilo de Carvalho, para analisar a passagem da monarquia para a República, foi o Rio de Janeiro, a maior do país nos primeiros anos da República. A cidade estava atravessando um período de conflitos. A abolição da escravatura recente, a quantidade enorme de desempregados, o preço dos produtos em alta e o domínio do positivismo no campo intelectual, que conflitava com os políticos, tornando a população do Rio de Janeiro, heterogênea.

Um fato marcante, tratado na obra por José Murilo de Carvalho, é a pouca participação da população, o que constituiu uma primeira identidade coletiva da cidade, as ilusões da abolição da escravatura, a garantia na liberdade de pensamento e a garantia da propriedade privada, criava uma falsa lógica que beirava a loucura. Fato que foi mudado logo após, com as consequências do novo governo que ampliava a cidadania dentro da lógica liberal, fazendo com que a visão criada pela população de uma República que atendesse aos interesses de todos, fosse substituída por insatisfação.

O autor faz uma breve análise aos primeiros anos do governo de Campos Sales, onde em meio a tentativa de combater a inflação, o governo aumenta os impostos e conseqüentemente os preços dos alimentos, causando insatisfação à população que sofria decorrências de doenças que se alastravam na época, onde muitos historiadores utilizam como destaque ao escrever sobre o surgimento da vacina, que foi recebida pela população como invasiva, já que os ânimos estavam aflorados com a implantação do liberalismo, tratando assim, a vacina e as campanhas de vacinação como inviolabilidade.

Tanto as classes dominantes como o povo, convergiam na oposição a interferência do governo além dos limites aceitáveis. Houve nesse momento a fusão dos valores modernos com os valores tradicionais do povo, gerando uma ideologia de protesto. O inimigo não era a vacina em si, o inimigo era o governo, em particular as forças de repressão. (Carvalho, 1987, p.)

A revolta da vacina trouxe à tona a luta da população contra o governo que não tinha interesse em atender seus anseios, essa população antes alienada, se

opunha ao sistema político que não lhe abria espaço, esse acontecimento contribuiu para o aparecimento da camada desfavorecida, dando lugar a uma cidade moderna.

A rebelião ganharia um vigor inimaginável, prorrompendo a legião dos amotinados numa fúria incontável contra praticamente todos os veículos que se encontravam nas ruas centrais da cidade, destruindo todas as lâmpadas de iluminação pública, arrancando os calçamentos das ruas, em que eram erguidas verdadeiras redes de barricadas e trincheiras interligadas, assaltando delegacias e repartições públicas, redistribuindo armas, querosene e dinamites roubadas da polícia ou das casas de comércio, mas não raras vezes presenteados pelos próprios pequenos lojistas, que colaboravam ativamente com o movimento (CARVALHO, 1939, p.).

José Murilo de Carvalho cita Max Weber para sugerir ideias, comparando a cidade medieval com a cidade moderna, que estava se formando em meio a essa transformação e constrangimento, a coletividade por meio de interesses comuns, desenvolveu uma nova prática de legitimidade política.

Na opinião do autor, a contribuição de Max Weber, descreve o surgimento dessa nova sociedade, adquirindo feições de outros tempos, portanto, a obra mostra como se constituiu a sociedade republicana, segundo o autor, com pouca participação da população eleitoral, sendo excluídos do envolvimento popular no novo governo republicano, se concentrando em movimentos surgidos na época que influenciaram na construção do ideário do novo governo. O conceito de “Bestializados”, dado ao povo que assistia a implantação da República, calados, foi desmistificado por José Murilo, identificando como tais, aqueles que serviam à manipulação.

Outro tema abordado por José Murilo de Carvalho sobre as representações políticas do Brasil, é o tema da cidadania. Dedicado em uma obra, intitulada como “A Cidadania no Brasil - O Longo Caminho”, tem como enfoque o avanço da cidadania no Brasil, trazendo reflexões sobre os direitos civis e a participação popular na consolidação da sociedade brasileira, os direitos políticos e sociais.

Para além das discussões sobre a consolidação da República, José Murilo discute em várias obras, a respeito do sufrágio universal, que fez surgir outros direitos civis que deram sustentação ao tema da cidadania, posteriormente o direito ao voto, a população pode ser autêntica em relação às lutas por independência, o que gerou força e influenciou nas posteriores tomadas de decisões.

O autor faz uma comparação, narrando as eleições que vem do bico de pena, onde tudo era feito com a caneta, até as eleições atuais, onde existe uma grande influência do poder econômico. Para se constituir a cidadania, não se deve dispensar o Estado, e o que garantirá sua legitimação é a garantia de direitos, o fortalecimento das relações sociais e identidades.

Esses direitos são, a garantia das liberdades individuais, a educação de qualidade, proteção à saúde, emprego e todos os direitos defendidos pela constituição.

O principal aspecto para o avanço da cidadania na passagem do Império para a República, foi a abolição da escravidão, avanço primordial para uma sociedade pautada em tradições, e o principal obstáculo para a instalação de uma cidadania plena, concentrava-se na escravidão.

Mesmo com a interrupção da democracia, com o fechamento do Congresso e a implantação do Estado Novo, onde as eleições foram canceladas, proibindo greves e manifestações, e posteriormente com a instalação da Ditadura Militar, dizimando toda e qualquer manifestação de democracia e de cidadania da população menos favorecida, a constituição de 1988, trouxe de volta os direitos políticos da população, possibilitando o voto para analfabetos e inovações em termos de direitos civis.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA

Durante muito tempo, desde a sua graduação, José Murilo de Carvalho estuda a formação do Estado, que posteriormente desencadeia à Proclamação da República, o que o faz passar da análise da formação do poder para a formação da identidade nacional. Concentrando seus estudos sobre a sociedade na época republicana e conseqüentemente a constituição de 1988, fortaleceu e impulsionou o interesse do autor pelos estudos dos direitos dos cidadãos em todas as suas dimensões.

Mesmo com a implantação da constituição, muita coisa não havia mudado, daí o interesse de levar um olhar crítico para os estudos sobre cidadania, a necessidade de se construir uma reflexão histórica sobre o que está sendo vivido.

José Murilo de Carvalho, sempre afirmou em seus escritos, que a democracia não é um fato pronto, para o autor, ela está sempre em construção. Já que a mesma é defendida como o conjunto de valores, liberdade, igualdade e participação política, então seria uma obra inacabada, precisando sempre de

reparos e ajustes, mudando constantemente com o tempo.

Em seu trabalho *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2006), José Murilo descreve a trajetória dos direitos civis, traçando o caminho percorrido pela sociedade para alcançar a cidadania, duas questões centrais são elencadas em seu livro, primeiro o obstáculo existente por parte considerável da população em relação aos seus direitos e garantia civis; o segundo, a dificuldade que se encontra no fato desses direitos serem efetivados para toda a população igualmente, situação que torna a democracia brasileira um emaranhado de desigualdade social.

Em assim sendo, o referido autor faz uma análise acerca dos grandes problemas onde vivem a maior parte da população brasileira, ele investiga acerca da experiência democrática e o uso da cidadania, atrelado a esses problemas, os regimes políticos que já foram analisados por ele em outras obras, já citadas neste trabalho.

O autor afirma que no processo de modernização da história, os direitos civis e políticos no Brasil, existem na Constituição apenas formalmente, nos levando a perceber uma sociedade extremamente hierarquizada.

Há, neste caso, a desarmonia entre a situação de fato – a constituição social – e as normas constitucionais, tidas por prematuras, na versão conhecida da minoridade do povo. Com o tempo, pelo desenvolvimento de condições reais, a constituição viria a ser aplicada, reduzida, no presente, a um manual educativo. [...] Enquanto esse dia não chega, os detentores do poder mandam e desmandam, também eles envoltos na confortável – confortável para eles – esperança do futuro, seja do país grande potência, do país rico ou do país educado (Faoro, 2007, p. 173).

Fato que comprova essa necessidade de mudança, é a questão da desigualdade, ainda ser um indicador presente na vida das pessoas, representando o Brasil como um país que não se constitui por completo democraticamente.

Para o autor: “Assim como o trabalho escravo era o grande obstáculo à democratização no século XIX, a desigualdade é hoje a escravidão que impede o avanço democrático”.

Após o fim do Regime Militar em 1985, a democracia vem se constituindo, experimentando mudanças que devem ser reconhecidas e valorizadas. Mesmo sabendo que nem toda população é conhecedora desses avanços, e que as desigualdades históricas resistem fortemente, não há outra forma de se construir

justiça e igualdade, liberdade sem a consolidação da democracia.

Atrelado a temas discutidos por José Murilo de Carvalho em suas obras, o mesmo se utiliza desses temas para justificar os obstáculos que a população enfrentou para conquistar alguns direitos civis.

A escravidão, o patriarcalismo, o coronelismo, foram praticas que atormentaram grande parte da população, fazendo com que ainda hoje, existam resquícios desses obstáculos, reproduzindo os altos índices de desigualdades.

Reafirmando que na primeira República “não tinha povo”, ele analisa com surpresa, a entrada do povo na vida política, deixando de ser “bestializados”, como mostra nos dados eleitorais.

A inclusão do povo passou a ser feita também por via eleitoral, e se deu a passos largos. Se em 1930 votaram 5% da população (menos de 2 milhões de pessoas), em 1945 já foram 13% (6 milhões de pessoas), ai inclusas as mulheres, admitidas a cidadania política pelo código eleitoral de 1933 (CARVALHO, 2017).

O crescimento da participação da população na vida política, foi constante. O surgimento de um partido que tinha como ideário o trabalhismo alavancou o avanço em relação a participação da população mais pobre na política, dando ênfase aos trabalhadores, parte fundamental da sociedade, que constitui ativamente a economia brasileira.

Criado em 1980, o Partido dos Trabalhadores surge como uma ruptura de tradições com o trabalhismo varguista e com tradições dentro da própria esquerda, o PT é uma ideia política realmente nova, que fazia com que tivesse de volta a estabilidade econômica.

O Partido dos Trabalhadores não é uma invenção de ninguém, nem mesmo de Lula e seus amigos, é, porém, um produto lento da história do Brasil (LÖWY, Michael. 2016).

Jose Murilo de Carvalho defende a entrada do povo nas decisões políticas, e caracteriza da representação do povo ao crescimento econômico, a necessidade de representação e a organização de classes populares, faz com que a diversidade e a democratização política aconteçam.

Até os dias atuais, José Murilo de Carvalho atua, como cientista político, importante nome no campo intelectual, dando contribuições a respeito da política

atual, compondo mesas em rodas de conversa e dando entrevistas para diversas redes de televisão e jornais, os seus trabalhos são fontes importantíssimas na construção do saber histórico, fazendo com que suas obras sobre a política brasileira do século XX sejam referência na historiografia brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O retorno da história política suscita novos debates em torno da sociedade, e, o próprio conceito de política foi mudado, enriquecendo as discussões em torno das demais disciplinas, dando ênfase e ascensão ao fenômeno das culturas políticas, desta forma, o grande responsável pelo renascer da história política foi a possibilidade de diálogo com outros campos do saber.

José Murilo de Carvalho legitima as representações simbólicas da política brasileira, com ideologias, mentalidades, imaginários, representando a população em busca de seus interesses, sendo também responsável por traçar a trajetória da consolidação do Brasil, passando por diferentes períodos históricos, o autor contribuiu com a construção de suas obras, fortalecendo o campo historiográfico,

permitindo o conhecimento a respeito da política brasileira, de como se construiu cada governo e como a população agia perante essas transformações.

Este trabalho, teve como finalidade, dialogar as obras de José Murilo de Carvalho, identificando através de sua escrita compreensível, as representações políticas em parte de seu conteúdo acadêmico, buscando identificar como se constituiu os regimes políticos no Brasil.

Considerando esses momentos históricos, é importante saber que José Murilo de Carvalho continua aprimorando sua escrita em relação à política brasileira, após os regimes descritos pelo mesmo no decorrer da constituição do Brasil como nação, o autor analisa a política atual, traçando características do cenário político brasileiro da atualidade.

Tal compreensão nos leva a considerar a história política como fundamental na construção de fontes historiográficas que legitimam uma nação, contemporânea ou não. Torna-se importante, por isso, em uma reflexão sobre a história política, a partir das obras de José Murilo de Carvalho, compreendermos que as transformações, historicamente construídas são capazes de explicar a história de um povo e seus anseios, a prática política e a trajetória das sociedades.

REFERÊNCIAS:

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 8a edição.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BLOCH, Marc. **A observação histórica**. In: _____. Apologia histórica ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **"A representação Política**. Elementos para uma teoria do campo político" in p. Bourdieu, O poder simbólico, Lisboa, Difel 1989.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Reis, José Carlos – "Escola dos Annales – A inovação em história". São Paulo, Paz e Terra, 2000.

- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora
- CARDOSO, C. F. ; R. Vainfas (Org.). **Domínios da história**. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, J.M. **A Construção da ordem/ Teatro de Sombras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005*.
- CARVALHO, J. M. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CARVALHO, J. M . **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, J. M. **Pontos e Bordados**. Escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras: 1990
- FAORO, Raymundo. 1987. **Existe um pensamento político brasileiro?** Estudos Avançados, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 9-58.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Ed. Presença, 1989 [original: 1953].
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime Representativo no Brasil)**. 3ª Ed Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 1ª ed (1949)
- LÖWY, Michael. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias**. 4. ed., ampl. – São Paulo: Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Disponível em:
<https://www.resenhacritica.com.br/tag/carvalho-jose-murilo-de-aut/>. Acesso em:

28 nov. 2022.